

IMAGENS DA ÁFRICA OU ‘VIRANDO DO AVERSO’

Juliana Barreto Farias¹  

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Quando Alberto da Costa e Silva decidiu “voltar” seus “olhos para a África”, foi a “voracidade das leituras” que o levou até lá. Ainda jovem, lia tudo que caía em suas mãos sobre o continente. A partir de 1956, quando ingressou no Itamaraty, passou a ter acesso à “extraordinária biblioteca” do barão do Rio Branco.² Ali selecionava livros portugueses e italianos que tratavam da “África dos viajantes” nos séculos XV e XVI, entre os quais obras de Duarte Pacheco Pereira, Valentim Fernandes, Cadamosto, João de Barros.³

Esses primeiros anos no Ministério das Relações Exteriores também coincidiram com o início do “grande momento da história da África no mundo”. De Lisboa, onde se instalou em 1960, encomendava livros franceses e ingleses. Sabendo de sua “paixão” pela África, os colegas organizavam roteiros que o levavam até lá: “para tudo que era cerimônia de independência, reunião internacional de cacau, de café ou da Comissão Econômica. Havia alguma coisa em Adis Abeba ou em Abidjan, para lá ia o Alberto da Costa e Silva”.⁴

1 Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus Malês.

2 A coleção formada pelo barão do Rio Branco compõe a Biblioteca Histórica do Itamaraty. Em 1905, o barão, que foi ministro de Estado entre os anos de 1902 e 1912, organizou um pavilhão para Biblioteca, Arquivo e Mapoteca nos fundos dos jardins do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Após a transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, transferiu-se, em 1971, parte representativa do acervo do Rio para as novas instalações na capital federal.

3 Eliane Veras Soares e Remo Mutzenberg, “Entrevista com Alberto da Costa e Silva”, *Civitas*, v. 14, n. 1 (2014), p. 18, .

4 Soares e Mutzenberg, “Entrevista”, p. 18. Costa e Silva ainda diz: “Estive na independência da Nigéria, em 1960. No ano seguinte, passei um mês na Etiópia. Viajei, depois, para Gana, Togo, Camarões, Angola, Costa do Marfim e o que se chamava Daomé. Visitei o Senegal, a Serra Leoa, o Zaire, o Gabão, o Quênia. Refiz itinerário.

À medida que conhecia cada um desses lugares, confrontava tudo aquilo que via com o que havia lido ou estava lendo, aprendendo assim a “ver de olhos limpos”. Com novos protocolos de leitura, que incluíam um pouco mais de malícia, “virava do avesso” os textos que tinha diante de si. Os autores ingleses e franceses do século XIX, por exemplo, embora ricos em informações, mostravam-se muito preconceituosos. A fascinação da juventude persistiu ao longo dos anos: “Relembro o fascínio com que li Al-Bakri, Al-Umari, Ibn Batuta, Ibn Khaldun, Leão, o Africano, e muitos mais, atentos, curiosos, perscrutadores, assim como a sensação que com eles experimentei de me ver devolvido a um passado que me sabia novo e de cujas formas eu ia me apropriando”.⁵

Em *Práticas de leitura*, o historiador Roger Chartier aponta brevemente os contrastes entre “*lectores* profissionais”, para os quais o ato de ler é, quase sempre, gesto de trabalho, e todos os demais, leitores de ocasião, para quem o encontro com os textos é apenas informação ou divertimento. Sobre os primeiros, ressalta as dificuldades que têm para aceitar leituras que não as deles próprios. É possível ir além dessa “representação comum”. Conforme também assinala Chartier, todo autor e toda escrita impõem uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura que está inscrita no corpo da obra, ou nos dispositivos de sua impressão. De um jeito ou de outro, o “protocolo de leitura” acaba por definir a interpretação correta e o uso apropriado do texto; e, de quebra, esboça seu leitor ideal. Para este último, autores e editores exprimem uma evidente (ou nem sempre tão evidente, acrescento eu) representação: as competências do leitor ideal guiam os trabalhos de escrita e edição; seus pensamentos e condutas inspiram esforços e efeitos de persuasão.⁶ Com essas obser-

Desembarquei na Gâmbia, na Libéria e no Sudão. E fui, entre 1979 e 1983, embaixador na Nigéria e na República do Benim”. Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 2.

5 Alberto da Costa e Silva, *A África e os africanos na história e nos mitos*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021, p. 11.

6 Roger Chartier, “Prefácio” in Roger Chartier (org.), *Práticas da leitura*, 5ª ed. (São Paulo: Estação Liberdade, 2011), p. 20.

vações, o historiador francês parece concluir que é possível desvelar as leituras que se “pretendiam produzir” ou, ao menos, aquelas tidas como aptas para sua decodificação. Em consequência, também se identificariam leitores e práticas contrastantes e diversos. Todavia, Chartier constata que essas “leituras desejadas ou supostas” não bastam, porque cada leitor confere “sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria”.⁷

Mas como reencontrar esse *fora-do-texto*? Como perscrutar as “apropriações” que os leitores fazem de cada registro escrito ou imagético? O caminho mais imediato, mas nem sempre mais fácil, é o da confiança sobre seus modos de ler. Sob essa perspectiva, podemos considerar Alberto da Costa e Silva um leitor exemplar, que frequentemente fazia “confissões” sobre seus escritos e sobre as obras que lia, com avidez. Não é meu objetivo aqui realizar uma investigação exaustiva sobre essas revelações. De todo modo, como já divisamos no início deste artigo, o historiador-diplomata costumava indicar, avaliar ou simplesmente falar de suas leituras em entrevistas, nas quais podia ser questionado de forma mais direta sobre o assunto, e também nos prefácios, introduções e capítulos de seus livros. Também podemos esboçar uma leitura de suas leituras, partindo de modos menos explícitos, mas igualmente significativos.

É exatamente isso que ele faz no livro *Imagens da África*, que define como uma “espécie de antologia pessoal de quem, há mais de sessenta anos, percorre o que se escreveu sobre o continente”. Lançado em 2012, trata-se de uma coletânea – “uma seleta”, para usar suas palavras – de textos de mais de oitenta autores que escreveram sobre o continente africano e suas civilizações, em “vários séculos e amplíssimos e diversificados espaços”. São trechos de obras variadas que, como Costa e Silva faz questão de ressaltar, merecem ser “lidas por inteiro”. Foram escolhidas

7 Conforme complementa, “com os testemunhos sobre as leituras em primeira pessoa, pode-se ter uma medida da distância (ou da identidade) existente entre os leitores virtuais, inscritos em filigrana nas páginas do livro, e aqueles de carne e osso que o manuseiam, assim como podem ser diferenciadas, no concreto das práticas, as habilidades leitoras, os estilos de leitura e os usos do impresso”. Chartier, “Prefácio”, p. 21.

porque ficaram em sua memória ou porque, quando as releu, sentiu a “agudeza do olhar diante do inesperado e do pulsar da vida”.⁸

Entre recordações e metáforas, alguns termos usados na Introdução de *Imagens da África* – reproduzidos no parágrafo anterior – não deixam dúvida sobre a organização da obra a partir de suas leituras e releituras. Ao apresentar a coletânea, descortino alguns de seus modos de ler e de editar esses textos, o que me exigiu um olhar atento sobre sua estrutura cronológica, os autores e trechos selecionados, os comentários introdutórios ou ainda as múltiplas notas explicativas.

Início examinando sua leitura da hoje chamada “biblioteca colonial”, expressão cunhada pelo filósofo congolês Valentin-Ives Mudimbe.⁹ Destaco que a abordagem de Costa e Silva foi além dela. Em seguida, avalio como ele propõe métodos para a leitura desses registros, mesmo que, por vezes, não os mencione explicitamente. Pelo contrário. Em alguns momentos, chega a se identificar como “um diletante, um amoroso da história africana”, mais do que um pesquisador profissional.¹⁰ De fato, Alberto da Costa e Silva foi bem mais que um historiador africanista. Foi diplomata (embaixador), ensaísta, memorialista, poeta. Nem por isso deixava de lado os rigores analíticos e metodológicos do fazer historiográfico. E ainda acrescentava a seus textos boas doses de um “sabor literário” e imaginativo. Para ele, a leitura do árido relatório de um funcionário colonial europeu podia se transformar em “uma experiência fascinante”. Ao virá-lo pelo avesso, as descrições sobre seu encontro com um potentado africano poderiam levá-lo a “imaginar como este veria aquele”. E eram justamente essas possibilidades que realimentavam sua paixão pela história: “por não ser [a história] a simples transcrição de testemunhos e documentos, mas sim aproximações imaginadas e hipotéticas de

8 Alberto da Costa e Silva, *Imagens da África*, São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012, p. 16.

9 Valentin-Ives Mudimbe, *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, Luanda/ Mangualde/: Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013.

10 Costa e Silva, *A África e os africanos*, p. 7; Costa e Silva, *A enxada e a lança*, p. 1.

acontecimentos que não presenciamos. Por cima do ombro de todo bom historiador há um ficcionista a lhe falar ao ouvido, e vice-versa”.¹¹

Para além da “biblioteca colonial”

João de Barros (1496-1570), considerado o primeiro historiador português, foi talvez o primeiro a registrar um *zimbaué* ou *zimbabué*.¹² Ao enumerar as regiões de onde vinha o ouro comercializado em Sofala (atual província de Sofala, Moçambique), ele descreveu a área conhecida como Grande Zimbabué, capital de um importante Estado e centro mercantil na África Índica, constituído por um conjunto de recintos amuralhados. Possivelmente construídas no século XII, e plenamente ocupadas até meados do século XV, essas edificações se destacavam pela “cantaria de dentro e de fora muito bem lavrada, de pedras de maravilhosa grandeza sem aparecer cal nas juntas dela”.¹³ Em geral, ficavam em terras férteis, junto a colinas graníticas, de onde se extraía a matéria-prima para seus muros, e ainda se espalhavam pelo planalto dos rios Zambeze e Limpopo, chegando até Manhiquene, na planície costeira de Moçambique.¹⁴

Tão característicos dessas zonas do Índico, Alberto da Costa e Silva associa os zimbabués à sua coletânea *Imagens da África*. Seguindo sua metodologia de conectar experiências africanas e leituras, ele considera que os “pedaços de livros” selecionados podem ser equipa-

11 Costa e Silva, *A África e os africanos*, p. 14.

12 Costa e Silva apresenta João de Barros como historiador e moralista português, autor de vários livros. Seu plano era escrever uma extensa obra sobre a “expansão ultramarina portuguesa”, da qual publicou apenas as três *Décadas da Ásia*, que incluem a conquista da África. João de Barros, *Ásia. Primeira década* (Fac-símile da 4ª ed., revisão e prefácio de Antonio Baião), Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1988; Costa e Silva destaca trechos da *Primeira década da Ásia*. Costa e Silva, *Imagens da África*, pp. 134-143.

13 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 138.

14 Hoje, contam-se cerca de 150 ruínas de zimbabués, além dos poucos que se localizam no Transvaal e Botsuana. Segundo Costa e Silva, deviam ser muito mais numerosos, já que muitos desapareceram. Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 139, nota 185; Costa e Silva, *A enxada e a lança*, pp. 419-420.

rados às “pedras sossas” que compunham aquelas construções. Mesmo sem uma argamassa para ligar umas e outras, essas lascas, ou trechos de obras, formam um todo – como as “altas muralhas” de pedraria – que permitem, em diferentes medidas, “imaginar como se pensava no passado sobre um continente que continua a magoar-se com muitos dos estereótipos que sobre ele, ao longo dos séculos, se acumulavam”.¹⁵

À maneira das pedras soltas, Costa e Silva apresenta 83 excertos de obras que remontam aos primeiros registros de historiadores gregos e romanos, a quem, como destaca, “não eram estranhos os negros”.¹⁶ No texto introdutório, enfatiza que, embora os africanos aparecessem em escritos de poetas e filósofos, em esculturas e pinturas, cerâmicas e mosaicos, nada – ou quase nada – se sabia sobre seus “rincões de origem” na Antiguidade. Por vezes, alguém aventava que as terras onde moravam os negros, com seu calor escaldante, só permitiam a sobrevivência e o crescimento de monstros.

Essa imagem da África como pesadelo, tornada verdadeira “crença”, persistiria por muito mais tempo nos inventários sobre o continente. Até praticamente as últimas décadas do século XIX, autores europeus seguiriam mirando essas terras sob a lente do fantástico. Assim, tanto não parecia estranho a frei João Santos que existisse em Moçambique, no século XVII, um “homem que amamentava”, quanto podiam garantir os exploradores Hermenegildo Capelo e Robert Ivens terem visto em Angola, no Oitocentos, “mulheres sem o bico dos seios”. Mesmo homens árabes (ou arabizados) que haviam, de fato, visitado certos lugares, seguiam afetados por essa “tentação do maravilhoso”. Como assinala Costa e Silva, em vários textos, repetiam que o “ouro nascia no solo como cenouras”, ou reafirmavam que, nas regiões mais quentes, os seres humanos eram de tal modo imperfeitos que não se diferenciavam muito dos animais irracionais.¹⁷

15 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 16.

16 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 9.

17 Costa e Silva, *Imagens da África*, pp. 9; 11.

Pouco a pouco, o “interesse e gosto pelo real” foi guiando os muçulmanos que chegavam em caravanas às praias meridionais do Saara, ou ao litoral do Índico, assim como os cristãos embarcados em suas caravelas. Tudo que viam, ou sabiam existir, registravam para satisfazer seus leitores ou orientar novos fiéis, negociantes e exploradores. Apesar do pragmatismo, não abandonavam a busca pelo “diferente, inesperado, exótico”. Assim, ao longo dos séculos XVII ao XVIII, se consolidou a “ideia de uma África como um continente misterioso e cheio de segredos”. Seu símbolo maior estava na cidade inacessível de Tombuctu, a “metrópole do ouro” que, desde antes da expansão portuguesa, estimulava a imaginação e a cobiça europeia.¹⁸

Posteriormente, outros objetivos e curiosidades incitariam naturalistas, viajantes, traficantes negreiros e mesmo abolicionistas a conhecer e descrever a África. Mas, em sua maioria, continuariam a não fazer maiores esforços para compreendê-la. Dessa forma, ressaltava Costa e Silva, os africanos foram sendo (des)qualificados com uma série de novos estereótipos, ou antigas imagens reatualizadas. Homens e mulheres eram tidos então como “preguiçosos, volúveis, estúpidos, supersticiosos, mentirosos, inconstantes, dissimulados, ladrões, gananciosos, violentos, rancorosos, vingativos, traiçoeiros”. Ao inventariarem os habitantes de um “continente perversamente imperfeito”, achavam os europeus ser seu “dever moral” tirá-los da “escuridão” e colocá-los “nos eixos”.¹⁹ E para melhor dominá-los, importava também perscrutá-los, redesenhando e nomeando, em pormenores, mapas, acidentes geográficos, paisagens e populações.

Reunindo algumas dessas descrições em ordem cronológica, numa perspectiva da história europeia, Alberto da Costa e Silva faz uma primeira leitura dos registros extraídos da já mencionada “biblioteca colonial”. Ainda que bem heterogêneos em sua tipologia (a exemplo de relatórios, diários, relatos de expedições científicas), havia em todos elementos que os aproximavam. Como afirma Mudimbe, além de fazerem

18 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 12.

19 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 13.

parte do campo discursivo de um “saber colonial”, orientavam-se por regras compartilhadas, mesmo que originárias de distintas áreas do conhecimento, formando um conjunto, uma biblioteca, ou mesmo um zimbabué, se quisermos retomar a metáfora de Costa e Silva. Em todo caso, imagens e textos criavam uma certa ideia de africanismo, associando a África ao “primitivismo”, ao lugar da alteridade inferior. Nesse emaranhado de discursos e conhecimentos sobre o continente, o africano é transformado no “outro”, não apenas no sentido de “toda gente exceto eu”, mas, como diz Mudimbe, no “da chave que, com suas diferenças anormais, especifica a identidade do mesmo”.²⁰

Quando Valentim-Yves Mudimbe enfrentou, em 1988, esse debate em *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, já se considerava, especialmente entre pesquisadores africanistas, que tais registros não podiam ser “explorados” sem um exame crítico minucioso. Longe de serem vistos como meras vinhetas que “ilustravam o passado”, os relatos de viagem passavam a ser tratados como entidades com profundidade e amplitude históricas, que deviam ser “desconstruídas e contextualizadas”. Em torno desse novo “movimento epistemológico”, que nascia como reação ao “uso indevido de fontes europeias na história africana”, constituiu-se uma sólida rede de pesquisadores/historiadores, notadamente ligados a centros de estudos africanos na Europa e nos Estados Unidos, que organizavam colóquios e publicações.²¹

Também como resultado dessas novas perspectivas, houve um esforço conjunto de publicação ou reedição de relatos e diários de viagem, de documentos históricos, acompanhados de “poderoso aparato crítico”. Conforme Gérard Chouin, esse renovado interesse daria origem a uma espécie de novo gênero historiográfico. Nessa perspectiva, a edição crítica de vários diários de viagem traduzidos do alemão, lançada por Adam Jones em 1983, conferiu o tom de outras obras de natureza semelhante.

20 Mudimbe, *A invenção da África*, p. 25.

21 Gérard Chouin, “Vu, dit ou déduit? L’étude des relations de voyage en Guinée”, *Journal des africanistes*, v. 75, n. 2 (2005), p. 97, .

Empreendimento muitas vezes coletivo, essas novas publicações revigoraram e fortaleceram as relações intelectuais de longa distância entre os historiadores. Vertidos principalmente para o inglês, muitos textos antes conhecidos apenas em suas línguas originais passaram a ser mais acessíveis.

Mas ainda poucos eram publicados em português, e em especial no Brasil. Em geral, obras do gênero em língua portuguesa, de autores portugueses ou traduzidas, eram lançadas por editoras e instituições de pesquisa em Portugal. De outra parte, edições e reedições de obras integrais de missionários, viajantes, naturalistas ou agentes coloniais portugueses e de outros países europeus já circulavam em Portugal desde a primeira metade do século XX. Nas décadas de 1930 e 1940, por exemplo, as obras do cronista português Gomes Eanes Zurara, provavelmente falecido em 1474, foram editadas no Porto e em Lisboa. *Crônicas do descobrimento e conquista da Guiné* e *Crônicas dos feitos da Guiné*, pioneiras na “literatura da expansão ultramarina”, conforme classifica Alberto da Costa e Silva,²² vinham acompanhadas de prefácio, introdução e notas.²³

Em 1981, a Edições 70, de Lisboa, trouxe a público a coletânea *A descoberta de África*, organizada pela historiadora francesa Catherine Coquery-Vidrovitch, publicada na França em 1965.²⁴ No texto de apresentação, intitulado “Um continente a descobrir”, Coquery-Vidrovitch assinala que os documentos ali agrupados não eram, em sua maioria, fontes inéditas. Ainda assim, nunca haviam sido divulgados em francês. Tampouco em português. Entre um conjunto amplo de registros escritos desde a Antiguidade até o século XIX, notadamente por europeus e árabes, foram selecionados fragmentos de textos, conforme certas rubricas temáticas, temporais e espaciais. Como muitas dessas publicações sobressaíam por sua “antiguidade e erudição”, e igualmente pela raridade e

22 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 65.

23 Gomes Eanes da Zurara, *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné* (Introdução, notas e glossário de José de Bragança), Porto: Civilização Editora, 1937; Zurara, *Crônica dos feitos de Guiné* (Prefácio, seleção e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão), Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.

24 Catherine Coquery-Vidrovitch (org), *A descoberta de África*, Lisboa: Edições 70, 1981.

preciosidade, nos termos da historiadora, apenas alguns leitores “privilegiados”, e “altamente especializados”, tinham acesso a eles. Sendo assim, não lhe “pareceu inútil desenterrar alguns desses textos”.²⁵

Tal como Coquery-Vidrovitch em meados dos anos 1960, nas décadas seguintes o acesso a essas obras seguiria restrito a leitores portugueses e brasileiros “altamente especializados”, como o jovem diplomata consulente da biblioteca do barão. Se atentarmos às referências bibliográficas de *Imagens da África*, constatamos que os livros consultados por Costa e Silva – já então em sua própria biblioteca? – eram, na sua maior parte, versões inglesas e francesas; quando em português, quase sempre editadas em Lisboa ou Porto.²⁶

Assim, após mais de “sessenta anos de estudos” dessa “impressionante bibliografia”, o que decidiu o diplomata-historiador brasileiro incluir em sua “coletânea inédita”? Das 83 “passagens marcantes” escolhidas, pelo menos setenta foram escritas por homens europeus, com destaque para ingleses, escoceses e portugueses. Apenas duas mulheres inglesas fazem parte deste seletto grupo. Até meados do século XVIII os relatos ficavam quase sempre restritos ao litoral e aos “sertões” (no inglês, a *hinterland*) mais imediatos, divisão que pode ser igualmente relacionada às áreas “descobertas” em cada período. Só no final do século XVIII, os europeus começaram a adentrar territórios antes desconhecidos e suas descrições se estenderam para além das zonas costeiras.

Por todo o período abarcado, os cristãos – católicos ou protestantes, leigos ou religiosos – se sobressaíam entre os observadores. De meados do século XV até fins do Setecentos, se destacaram também relatos e diários de navegadores, cosmógrafos, tripulantes, oficiais da marinha e do exército, médicos e naturalistas. Daí até as últimas décadas do século XIX, quando os europeus já haviam “partilhado” o continente e imposto sua dominação, encontramos descrições feitas por oficiais da marinha e médicos convertidos em negociantes de homens e mulheres escravizados,

25 Coquery-Vidrovitch, *A descoberta de África*, pp. 11; 13.

26 Costa e Silva, *Imagens da África*, pp. 489-496.

exploradores de todo tipo, naturalistas, funcionários e agentes coloniais, parte deles adeptos do movimento antitráfico. Não era raro que alguns desses viajantes conjugassem duas ou três dessas funções. O médico irlandês Thomas Hutchinson (1820-1885) era funcionário da coroa britânica. Aos 31 anos, partiu para a África ocidental e, três anos depois, servia como médico-chefe da expedição de exploração do rio Níger. Entre 1855 e 1861, foi cônsul na baía de Biafra e em Fernando Pó e, em seguida, governador dessa ilha (hoje Bioko). Suas experiências africanas resultaram em três obras publicadas nas décadas de 1850 e 1860: *Narrative of the Niger, Tshadda and Binuë Exploration* (1855); *Impressions of West Africa* (1858); e *Ten Years' Wanderings among the Ethiopians* (1861).²⁷

Avaliando, conjuntamente, os relatos publicados a partir das últimas décadas do século XVIII, Costa e Silva assinala que a maior parte era dedicada às aventuras e desventuras do explorador e seus companheiros, numa narrativa que parecia se repetir de obra para obra. Como uma espécie de herói de si mesmo, os autores louvavam a própria resistência física e mental, sua determinação e coragem. Afinal, tiveram de superar muitos obstáculos: natureza agressiva, deserção de carregadores, pilhagem de nativos, ataques de animais selvagens, risco de fome, e até mesmo a “hostilidade dos negros” que podia “obrigá-los” ao uso das armas.

Ao “descobrirem” o interior da África para a Europa, esses viajantes consideravam os homens e mulheres que ali habitavam “senhores de escassos saberes”, “destituídos de inteligência”. Todavia, esses senhores eram os verdadeiros “mestres de geografia e sobrevivência”, dando-lhes, frequentemente, lições de hospitalidade, indicando rumos e regimes de rios, posição de montanhas ou mudanças de paisagens. Não obstante os preconceitos, a prepotência e a arrogância intelectual que, quase sempre, caracterizavam os exploradores europeus oitocentistas, como sublinha Costa e Silva, sabiam “descrever, ainda que em alguns casos de modo desajeitado, o que viam”.²⁸

27 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 400.

28 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 14.

Em sua compilação, o historiador brasileiro não se restringiu a essa “biblioteca colonial”. No inventário de imagens e textos sobre a África, os árabes e arabizados foram os primeiros a descrever o continente *in loco*. O muçulmano culto não viajava por curiosidade e sim pelo “imperativo da fé”. Além de percorrer o Dar al-Islam, a parte do mundo que “obedecia ao Alcorão” (da Espanha ao oeste da China, passando pelas terras ao redor do Mediterrâneo e ao sul do Saara), cabia-lhes abrir os olhos dos crentes para o Dar al-Harb, ou o mundo dos “infiéis”. Entre os que detalharam essas experiências, Costa e Silva escolheu relatos sobre o reino de Gana escritos pelo andaluz Al-Bakri e pelo geógrafo árabe Al-Idrisi (1110-1166). A eles juntou apontamentos de viajantes mais conhecidos, como os de Ibn Batuta (1304-1357) e Ibn Khaldun (1332-1406). Este último, nascido em Túnis, é considerado o maior dos historiadores muçulmanos, cuja obra mais extensa e significativa fala sobre a origem e a história dos “árabes, persas e berberes”.²⁹

Embora as “vozes africanas” permaneçam quase sempre abafadas nesses relatos, Costa e Silva coloca suas narrativas lado a lado às de autores europeus. Do século XVI vêm os escritos de dois cabo-verdianos, dois Andrés: André Donelha e André Álvares d’Almada. Deste último, não se tem muita certeza da origem, mas se presume ter nascido entre 1550 e 1560, na ilha de Santiago. Em 1625, presenteou o governador de Cabo Verde, Francisco de Vasconcelos da Cunha, com um manuscrito de sua autoria, intitulado *Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné do Cabo Verde*, hoje preservado na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Da vida de Álvares d’Almada, também da ilha de Santiago, pouco se sabe. Em 1580, desembarcou em Portugal, em “representação do povo de sua terra”. Provavelmente ocupado no comércio, fez muitas viagens pela Alta

29 Para além dos relatos de viajantes árabes muçulmanos, ao selecionar registros que vinham das regiões orientais ou de áreas nas bordas do Índico, Costa e Silva incluiu breves trechos de dois chineses: Tuan Ch’eng-Shih, autor da primeira referência chinesa à África; e Chao Ju-Kua, inspetor do comércio exterior da China, cujo posto lhe permitiu recolher informações das “terras d’além-mar” em 1226. Costa e Silva, *Imagens da África*, pp. 31; 40-41.

Guiné e, a partir disso, produziu o *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde*, de 1594.³⁰

Sobressai ainda na coletânea um conjunto de relatos em primeira pessoa, produzidos nos séculos XVIII e XIX, por africanos tornados escravos e levados para as Américas. Escritos de próprio punho ou narrados a escribas brancos e abolicionistas, eles revelam trajetórias entre escravidão e liberdade no mundo atlântico, com diferentes visões sobre uma África vivida, ou mesmo imaginada. Dessas “narrativas interessantes”, publicadas majoritariamente em inglês, Alberto da Costa e Silva selecionou três, que integrou à cronologia mais geral do livro.³¹ Em *Imagens da África*, as descrições de Olaudah Equiano (1745-1797) sobre os ibos (leste da atual Nigéria) estão ordenadas entre as exposições do médico e naturalista sueco Anders Sparman (1748-1820) sobre os hotentotes e as de John Matthews (17??-1798), tenente da marinha britânica que se envolveu no tráfico de escravizados e escreveu sobre sua estadia em Serra Leoa.

Ao nos apresentar a trajetória de Equiano, Costa e Silva destaca que, segundo sua autobiografia, ele teria nascido na Ibolândia, ao norte do delta do Níger e ao sul da confluência desse rio com o Benue. Aos onze anos, foi sequestrado, vendido como escravo e levado para a Virgínia, nos Estados Unidos. De lá foi para a Inglaterra, onde foi renomeado por seu senhor como Gustavus Vassa, vindo a se tornar marinheiro. Em 1776, conquistou

30 André Álvares D’Almada, *Tratado breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, Porto: Tipografia Comercial Portuense, 1841; André Donelha, *Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné de Cabo Verde* (1625) (Organização, introdução e notas de Avelino Teixeira da Mota), Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar/Centro de Cartografia Antiga, 1977. Sobre textos e representações em torno dessa região, ver, entre outros, José da Silva Horta, *A “Guiné do Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1684)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2011.

31 Costa e Silva também selecionou registros e diários do missionário metodista inglês Thomas Birch Freeman (1809-1890), filho de africano e inglesa, que escreveu sobre suas viagens a Kumasi (Gana), à Nigéria ocidental e ao Daomé (atual Benim), nas décadas de 1830 e 1840. Richard Austin Freeman, *Travels and life in Ashanti and Jaman*, London: Frank Cass, 1967 [1898]; Richard Austin Freeman, *Journal of various visits to the Kingdoms of Ashanti, Aku, and Dahomi, in Western Africa*, London: Frank Cass, 1968 [orig. 1844]. Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 362.

a liberdade e, treze anos depois, publicou *A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano*.³² A publicação teve enorme repercussão, notadamente entre os que combatiam o tráfico negreiro. Mas houve também quem tentasse desqualificá-lo, alegando que ele teria nascido nas Caraíbas. Mais recentemente, nova hipótese localiza seu nascimento na Carolina do Sul.³³ De um jeito ou de outro, para o historiador brasileiro, “o que [Equiano] escreveu sobre uma aldeia ibo e sobre a travessia num navio negreiro traz a marca do que foi vivido, por ele ou por quem lhe contou aquelas partes da história”.³⁴

Esse relato, na época considerado “extraordinário”, não era tão incomum em período posterior. É o que concluímos ao conhecer as jornadas de Osifekunde e Mahommah Gardo Baquaqua, também inseridas em *Imagens da África*. Assim como aconteceu com Equiano, a transcrição de extratos de seus relatos e depoimentos vem secundada por textos biográficos mais extensos. Talvez porque, nesses casos, vida e obra pareçam indissociáveis. Ou, quem sabe, por serem menos conhecidos. Suas narrativas guardam ainda outras aproximações: embora em momentos distintos, ambos viveram como escravizados no Brasil oitocentista.

Provavelmente nascido em 1798, em Ijebu, região iorubá (atual Nigéria), Osifekunde permaneceu no Brasil por cerca de vinte anos. Por volta de 1837-1838, seguiu com seu senhor para a França e, ao desembarcar naquela terra de “solo livre”, ganhou sua liberdade.³⁵ Tendo permanecido em Paris, trabalhou em várias casas como empregado

32 Para a primeira edição do relato integral no Brasil, ver Olaudah Equiano, *A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano ou Gustavus Vassa, o Africano* (“Posfácio” de Vicent Carreta; roteiro de leitura e notas adicionais de Carlos da Silva Jr.), São Paulo: Editora 34, 2022.

33 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 275. Sobre as controvérsias a respeito do seu possível nascimento na Carolina do Sul, ver o posfácio de Vicent Carreta acima referido, pp. 308-809.

34 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 275.

35 Aderivaldo Ramos de Santana, “A extraordinária odisseia do comerciante Ijebu que foi escravo no Brasil e homem livre na França (1820-1842)”, *Afro-Ásia*, n. 57 (2018), pp. 9-53, [DOI](#); Sue Peabody, “*There Are No Slaves in France*”: *The Political Culture of Race and Slavery in the Ancien Régime*, New York: Oxford University Press, 1996.

doméstico. Ao conhecê-lo, o etnólogo francês Armand Pascal d’Avezac de Castera-Macaya decidiu entrevistá-lo e, da série de encontros, resultou um livro, sob o título *Notice sur le pays et le peuple des Yébous en Afrique*, publicado em 1845.³⁶ Como Osifekunde não conseguira se adaptar ao clima parisiense, D’Avezac tentou enviá-lo para Serra Leoa, mas, mesmo sob risco de ser reescravizado, ele preferiu retornar ao Brasil.

Completando a trinca de narradores “interessantes”, os dados biográficos sobre Baquaqua superam, na coletânea de Alberto da Costa e Silva, a reprodução de seus registros autobiográficos. Não sem razão. Filho de uma família muçulmana de Djougou, no norte da atual República do Benim, ele foi escravizado ainda bem jovem, permanecendo nas mãos de um senhor na África antes de ser vendido para o Brasil. Desse período em diante, sua vida foi uma sucessão de mudanças: mudou de senhor, de atividade, de cidade, de país. Em Pernambuco, foi comprado por um padeiro, e no Rio de Janeiro, por um capitão de navio, tornando-se marujo.

Ao desembarcar no porto de Nova Iorque, em 1847, fugiu do barco e da escravidão. Na nova terra, ficou sob proteção da Igreja Batista, convertendo-se ao cristianismo e sendo treinado para ser missionário na África. Passou dois anos no Haiti. Quando retornou aos Estados Unidos, cursou, entre 1850 e 1853, o New York Central College. Não demorou a se transferir para o Canadá, onde ditou a história de sua vida ao pastor protestante Samuel Moore, que a publicou em 1854. Um novo destino o esperava: foi para a Grã-Bretanha em busca de patrocínio para regressar à África. As últimas notícias sobre ele datam de 1857, na cidade de Londres.

Por fim, as relações entre o Brasil e o continente africano figuram na experiência e na escrita de três brasileiros. Originários de diferentes províncias, nasceram todos entre 1750 e 1760 e passaram por períodos de formação em Portugal. As trajetórias de Francisco de Lacerda e Almeida (1753-1798) e João da Silva Feijó (1760-1824) têm outros pontos em comum. Ambos concluíram seus cursos na Universidade de Coimbra e

36 M. d’Avezac, *Notice sur le pays et le peuple des Yébous en Afrique*, Paris: Librairie Orientale de M^{me}. V^e Dondey-Dupré, 1845.

assumiram postos na administração colonial portuguesa, com funções no continente africano. A partir de 1780, Lacerda e Almeida atuou no Brasil como astrônomo da comissão de demarcação de limites, fez muitas viagens pelo interior do país e registrou-as em alguns diários. Em 1797, foi designado governador dos Rios de Sena, quando foi encarregado de procurar uma ligação por terra entre Moçambique e Angola. Suas temporadas no continente renderam a publicação de dois testemunhos.³⁷

Feijó, naturalista e matemático, foi coronel de engenharia e professor da Academia Militar do Rio de Janeiro. Por muitos anos, serviu em Cabo Verde, onde escreveu “Ensaio econômico sobre as ilhas de Cabo Verde para servir de plano à história filosófica das mesmas –1797”. O texto foi publicado em 1813, no jornal *O Patriota*, do Rio de Janeiro. Dois anos depois, foi revisto e incluído nas *Memórias econômicas da Academia de Ciências de Lisboa*. O terceiro autor, Vicente Ferreira Pires, era natural da Bahia, e ordenou-se sacerdote católico em Portugal, em 1793. Três anos depois, foi enviado em embaixada ao reino do Daomé, na companhia do padre Cipriano Pires Sardinha, que acabou falecendo em 1797, em Ajudá. No retorno, Pires apresentou ao então príncipe d. João de Portugal um longo e detalhado relato “do que viu, soube e tratou durante sua missão”, que recebeu o título de *Viagem de África em o reino de Daomé*. Pires ainda estava vivo e morando em Portugal em 1806.³⁸

À primeira leitura, essa longa seleta de Alberto da Costa e Silva parece guardar semelhanças com a coletânea organizada por Catherine Coquery-Vidrovitch. Em ambas, passagens de diários, relatórios, obras de viajantes, exploradores ou agentes coloniais foram dispostas seguindo a história dos próprios “contatos” de europeus com diferentes sociedades africanas. Ainda que, a meio caminho, registros de autores muçulmanos também tenham sido reproduzidos por ambos. Contudo, ao reler esse conjunto de discursos e “saberes coloniais”, Costa e Silva inseriu testemunhos de africanos que haviam sido escravizados e para os quais “as

37 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 316.

38 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 333.

experiências do cativo em terras americanas mudaram a forma de olhar para si próprios”.³⁹

Embora, na coletânea aqui lida, Alberto da Costa e Silva não proponha sistematicamente considerações metodológicas, ou “modos de ler” esses registros, ele nos fala, em outras de suas obras, sobre possibilidades de leituras ou de análises “às avessas”. Boa parte dos comerciantes, médicos, missionários, “senhoras que acompanhavam os maridos e os ajudavam em suas labutas” ou mesmo africanos escravizados aqui apresentados transmitiam por escrito o que testemunharam e ouviram. Entretanto, como frisa o historiador, ainda que assentados sobre o registro, o depoimento, a memória, os rigores dos autores não afastavam de todo o mito, “as imaginações que se fizeram fatos e os fatos que se vestiram de imaginário”.⁴⁰ Dessa forma, os dados com que se busca descortinar o “passado africano”, tantas vezes frágeis e escassos, impõem uma prosa e uma leitura entremeadas por advérbios de dúvida, por criação. Conforme complementa Costa e Silva:

Se é verdade que toda narrativa histórica é uma aproximação hipotética de acontecimentos que o autor não viveu – o papel escrito, embora pareça neutro, é quase sempre parcial e, como as tradições que a memória coletiva guarda e adultera, também mente, dissimula, cala e ilude, além de ser lido de modo distinto de geração em geração.⁴¹

doi: 10.9771/aa.v0i70.65865

39 Costa e Silva, *Imagens da África*, p. 15.

40 Costa e Silva, “Sobre a história da África”, pp. 13-14.

41 Costa e Silva, “Sobre a história da África”, p. 14.